

PERCEPÇÕES BRASILEIRAS ACERCA DAS RELAÇÕES COM A EUROPA

Renato G. Flôres Jr.¹

INTRODUÇÃO

O projeto europeu, quase ninguém ousaria negar, entrará para a História como uma das maiores e mais impressionantes realizações do século passado. No alvorecer do século XXI, como qualquer adulto, sofre ele crises que vão do existencial ao muito concreto, atingindo níveis administrativos e de governança básicos. Por outro lado, inegavelmente estabelecida e ativa, a União Europeia (UE) é ator incontestável na cena internacional, suas decisões tanto internas como externas tendo em geral impactos não desprezíveis, tanto sobre seus parceiros como sobre nações menos chegadas.

Procuró a seguir, analisar algumas percepções acerca do relacionamento com esta entidade única. “Brasileiras”, é a qualificação que lhes apõe o título e, de fato, esforçar-me-ei por traduzir uma visão que corresponderia à da “nação brasileira”. Missão impossível, seja pela diversidade entre nós de anseios e perspectivas, seja pela existência de um órgão que oficialmente conduz nossa política junto à UE – e cujas linhas não pretendo descrever, seja pelos incontroláveis vieses do autor. Tentarei, apesar disso, esboçar algumas miradas que, espero, receberiam o apoio de muitos.

1 Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia, FGV, Rio de Janeiro e Presidente do Conselho de Administração do Programa PEP (*Pauvreté et Politique Économique*), Québec. As opiniões expressas são de exclusiva responsabilidade do autor.

O EXAGERO NORMATIVO

Desde os seus primórdios, o projeto europeu necessitou lançar mão de normas e regulamentações amplas, geralmente chamadas de diretivas. Versando sobre diferentes aspectos relativos à integração, muitas vezes bastante técnicas, as diretivas, geradas e propostas pela Comissão Europeia (CE), estabeleciam padrões, procedimentos e práticas uniformizadoras que foram essenciais para a formação da *Gestalt* de um espaço único onde, de acordo com o já hoje clássico texto, estaria assegurada a livre circulação das mercadorias, serviços, capitais e pessoas.

Ao lado de imensa produção de diretivas, a UE foi progressivamente desenvolvendo a idéia de um capitalismo mais humano, onde explícitos objetivos de bem estar social e cidadão coabitavam com a livre concorrência, tudo envolucrado em sérias e abrangentes considerações ambientais. Seja por influência da *Sozialmarketwissenschaft* alemã, ou dos economistas não convencionais franceses – dentre os quais destaca-se o grupo do crescimento zero, ou por contaminação dos ecologicamente-conscientes escandinavos, o fato é que a UE se apresenta, vende-se até, como uma economia de mercado diferente, que se esforça por adicionar todo o além do econômico que enriquece a vida e compõe o verdadeiro bem-estar social. Tal percepção é partilhada não só no Brasil, mas na maior parte do mundo.

Nesse afã, a produção de diretivas foi progressivamente lidando com regulamentações, normas e restrições cada vez mais abrangentes, que não só afetavam a vida dos cidadãos da União, mas começaram a intervir nas atividades de países outros, nomeadamente os seus parceiros comerciais.

Seria muito difícil contestar o *Grundsatz*, o *Leitmotiv* de qualquer diretiva ou norma regulatória europeia: são inatacáveis. A saúde dos cidadãos, a sábia proteção do ambiente, a melhoria dos ambientes de produção e trabalho, a segurança alimentar e os cuidados diversos, além dos sanitários, na produção dos alimentos; é toda uma lista que honra uma sociedade altamente civilizada.

Entretanto, conceitos gerais como os acima dão lugar a considerável margem de operacionalização ao se traduzirem em procedimentos permitidos ou não, compulsórios ou não. É fato largamente conhecido dos especialistas em comércio internacional, que o argumento da segurança alimentar, por exemplo, pode dar origem, na prática, a sólidas e inteligentes barreiras não-tarifá-

rias. Tão comuns e universalmente reconhecidas que, já no texto final da Rodada Uruguai, que criou a OMC, justificaram a inclusão, no Anexo 1A, do ‘Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias’².

E a UE vem, infelizmente, abusando, em escopo e profundidade, no uso de discutíveis normatizações, muitas de evidente ou subjacente espírito protecionista, por vezes traduzidas em imensas e criptográficas diretivas. Talvez o exemplo mais contundente seja dado pela Regulamentação n° 1907/2006, publicada aos 18 de dezembro de 2006, e denominada por REACH – *Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemical Substances*.

Com 278 páginas, o REACH é um emaranhado de regras e procedimentos que necessita uma equipe de especialistas para ser decifrado. Estimativas informais apontam que ele deverá aumentar o custo das exportações afetadas – que podem chegar a centenas, para uma companhia como a Petrobrás – em 20 a 50%, dependendo do caso.

Adágio de empedernidos burocratas da velha república dizia que “não se poupam despesas para gerar economias”. *Mutatis mutandis*, o furor normativo é conhecida fonte de receitas substanciais, advindas das diversas taxas e registros tornados obrigatórios, dos testes e procedimentos laboratoriais e de toda sorte, que geralmente só podem ser efetuados mediante equipamentos, pessoal e, muitas vezes, empresas credenciadas junto ao organismo normatizador. Também a inteligência desenvolvida para solucionar todo o tipo de contenciosos que inevitavelmente surgirão, e que melhor serão defendidos por uma firma especializada, com sede, por exemplo, em Bruxelas, e operada por profissionais europeus, produz consideráveis rendas... Tudo isso cria ainda empregos, ocupações variadas em economias com declinante oferta de trabalho.

Mas as normas geram também custos, a começar pelos de controle, que, mesmo se cobertos pela receitas acima, recaem normalmente sobre os próprios cidadãos a que se destinam proteger. Voltarei a esse ponto na quinta seção, abaixo.

O ponto ou percepção central que quero expôr nessa parte do texto é que a UE precisa atentar mais para o fato de que, devido à abrangência e complexidade de muitas de suas normas atuais ou em elaboração, ela necessita abrir um diálogo sobre as mesmas com, pelo menos, os seus principais parceiros.

2 OMC – Organização mundial do Comércio; o texto desse Acordo, como os de todos os outros produzidos ao final da Rodada, pode ser encontrado em WTO (1995).

Faz-se mister aprimorar e aumentar as consultas prévias aos diversos grupos de interesse e segmentos potencialmente afetados, dentro e fora da União. Ela precisa, junto aos inatacáveis princípios norteadores de sua economia social de mercado, compreender que está imersa em um mundo onde talvez o espaço europeu seja o mais adiantado de todos, segundo algumas dimensões básicas da civilização ocidental, o que demanda mais flexibilidade e empatia ao extrapolar as suas práticas internas.

Ninguém quer frear o florescimento desse espaço modelar; muito menos intervir no livre arbítrio europeu de desenhar para os seus cidadãos a sociedade ideal que desejam. Mas os seus parceiros, que percebem por vezes um movimento quase cego de impôr indiscriminadamente os padrões europeus, pedem apenas que ela sopesse melhor, e dialogue mais, em todas as instâncias regulatórias que atingirão outras partes. Pedem também que ao apresentar, seja no exterior, seja aos cidadãos europeus, os custos e benefícios envolvidos pelas mesmas, ela o faça de modo mais claro e cuidadoso.

O preço desse autismo que se julga esclarecido será variado. Desde o desencadeamento de mini-guerras comerciais e regulatórias, onde a UE terá, ainda que não totalmente, boa parte da responsabilidade, até o esvaziamento da percepção de sua mensagem socio-ambiental, devido aos transtornos, custos, impedimentos e, por vezes, maus exemplos associados às suas medidas.

UM POUCO DE RETÓRICA EM DEMASIA

Países e instituições, sem discriminação, lançam mão de retórica quase sempre exagerada. Daí, talvez essa seção fosse desnecessária, pois diria respeito a qualquer outra nação, projeto de integração ou instituição, nacional ou supra. Entretanto, parece-me sim caber, dada a particularidade do caso europeu.

A retórica exterior europeia é magnífica. Além de, naturalmente e, repete-se, como qualquer estado, ressaltar os aspectos positivos e pioneiros do experimento europeu, ela divulga valores ambientais, culturais e de cooperações além dos laços meramente comerciais. Indo mais além, e talvez aí comece o engano, promete. Promete ser o paladino de todos esses procedimentos, assegura que será o líder, o campeão nas pugnas pelo comércio justo, pela suave e generosa implementação daqueles excelsos valores da economia social de mercado pelo mundo afora. E ... infelizmente não o é.

Não que a UE seja pior ou melhor do que qualquer outra grande potência; nem é isso que está em questão. O ponto é o descompasso entre a bela, senão belíssima, retórica europeia e a sua performance concreta, nos diversos foros e atividades internacionais.

Ressalvando o caráter pouco científico de um exemplo de cunho pessoal, estive presente em meados de 2007, em grande seminário em Bruxelas, sobre energia e questões ambientais. Na oportunidade, o Brasil havia acabado de assinar a parceria estratégica com a União e, no grande salão do evento, corria justificável regozijo e alegria, pela feliz coincidência de estarem a presidir a sessão três líderes de língua materna portuguesa: o Presidente do Brasil e o Primeiro-Ministro de Portugal - no momento exercendo a presidência da UE -, ambos vindos diretamente de Lisboa, onde a parceria havia sido assinada, e o Presidente da Comissão Europeia.

Repetidas vezes durante as sessões, e pelos representantes europeus dos mais diversos níveis, foi anunciado que a UE lideraria o esforço mundial pela redução das emissões de carbono e o emprego de energias limpas. Repetidas vezes, políticos e delegados brasileiros, com o apoio dos escandinavos, denunciaram a irracionalidade das barreiras ao etanol brasileiro. O que restou de tão aberto, construtivo e entusiástico debate?

Nada. A tarifa contra o etanol, forçada pelos *lobbies* espanhol e francês, entre outros, que extraem etanol de forma ineficiente e cara do açúcar de beterraba, continua de pé. Pouco tempo depois, a Comissão ensaiou uma diretiva sobre taxação de automóveis de maior potência ou de luxo, em função das emissões que provocavam. Foi bombardeada pelas indústrias automobilísticas italiana e, sobretudo, francesa e ... alemã! E a liderança da UE na questão ambiental internacional é, no mínimo, discutível...

Pode-se contrapor, corretamente, que os Estados Unidos tem procedimento semelhante quanto a barrar o nosso etanol – mediante tarifa demandada pelos produtores de milho, que o *lobby* das montadoras é fortíssimo, não só na UE mas em todo o mundo, e que a questão ambiental é complexa, liderar os diversos atores e distintos interesses envolvidos longe sendo de ser fácil. Sem dúvida; mas, então, por que as promessas? Por que o discurso tão pomposo?

Sair do âmbito do exemplo não oferece nenhum problema. A retórica que defende a Política Agrícola Comum, com elaborados argumentos que utilizam traços culturais e antropológicos, às vezes tangencia o cinismo. A própria parceria estratégica, adornada com primorosos brocados verbais, serviu a que?

Em que resultou? O que de concreto dela emergiu nesses anos? Em que medida ajudou ela, por exemplo, ao Acordo de Livre-Comércio Mercosul-União Europeia?

E destaco agora este elusivo acordo como mais um triste exemplo. Eterno otimista, e não sei mais se defensor ou crente dessa associação, ainda não perdi as esperanças de que ela se concretize. Mas, em que pese as dificuldades inerentes a uma negociação desse tipo, ambos os lados agiram mal. E como sóe acontecer na vida, o fizeram em tempos diferentes, alternados, de modo que o resultado fosse sempre negativo, ainda que um dos lados quase sempre estivesse, a seu turno, em uma dinâmica positiva.

Não falo dos erros do Mercosul; muitos, mas o artigo é sobre a Europa ... Uma UE que negociou como se o alargamento a leste não existisse e não fosse criar novos condicionamentos às possíveis concessões; que brilhante e exaustivamente utilizou o conceito de liberalizações sistêmicas - relativas a políticas mais amplas - e seus respectivos ganhos *vis à vis* o Acordo e a Rodada Doha, como desculpa para pôr de lado áreas como a agricultura. Uma UE que continuou, quiçá em homenagem ao simpático e muito humano *Pinocchio*, a afirmar categoricamente que o acordo “agora sairia” quando, aos olhos de todos, já estava imersa nas enormes dificuldades financeiras, econômicas e de governança em que ainda se debate.

Sim, já ouço a réplica de que negociações internacionais são assim mesmo. Que *una faccia di legno* é atributo importante e inevitável na instância diplomática. *Ja, natuurlijke* ... mas a retórica europeia é muito elegante, desperta esperanças em todos os que ainda se empolgam com o seu belo projeto, esperanças repetidamente frustradas.

A percepção dessa frustração vem lamentavelmente aumentando. Já é por vezes duro ouvir as palavras bonitas e as promessas. Risco há do desinteresse dominar a audiência e os interlocutores. O conselho a ser dado, modesto e com as reservas e o pudor necessários ao se ter a petulância de aconselhar, reside em termo do linguajar dos jovens cariocas: Menos, amigos, menos ...

PERSISTE A VELHA PERGUNTA:
COM QUEM FALO SE CHAMO A EUROPA?

Se os desenhos estratégicos e as diversas atividades, oficiais e privadas, de Henry Kissinger são hoje em dia objeto de críticas cada vez mais radicalizadas,

tanto para o lado dos elogios como o da condenação, sem dúvida a sua famosa frase sobre a indefinição de mando no projeto europeu já é quase história.

O ainda recente Tratado de Lisboa que, apesar de diversos problemas e incompletitudes, é um avanço em muitas dimensões, curiosamente ainda não resolveu a questão. Ao criar as figuras do Presidente do Conselho Europeu e do Alto Representante da União para os Assuntos Estrangeiros e a Política de Segurança, ao lado das já existentes do Presidente da Comissão e do Presidente (rotativo) da União (e do Conselho), este ocupado pelo mandatário do país que está na presidência da UE, o Tratado, ao menos por ora, parece que aumentou a confusão³.

Mas a confusão não reside só aí, ponto aliás excessivamente explorado na literatura especializada e por boa parte da finamente irônica e veladamente anti-Bruxelas, senão anti-europeia, imprensa inglesa. Os últimos e sucessivos alargamentos, imposição tanto ou mais da lógica pós-guerra fria do que do movimento de integração, representaram uma demanda suplementar de governança que ainda não foi resolvida.

Não é por acaso que vimos nos últimos anos, aguçado inclusive pela crise de 2008/2009, um aumento do ativismo a nível de país membro, muitas vezes agindo como se Bruxelas não existisse e, algumas, fingindo até que ela não existe. Uma vaga ressurgência do teatro das grandes potências europeias, com o habitual trio formado pela Alemanha, a França e o Reino Unido polidamente se acotovelando por um lugar de destaque no *palco scenico*, tem ocorrido.

A consequência disso é que menor ênfase ainda é dada à UE e suas instituições, mais dificuldade tem a Senhora Alta Representante da União para os Assuntos Estrangeiros e a Política de Segurança em atuar e justificar a que veio, e o desinteresse com relação a essa união “que ficou grande e complicada demais” aumenta.

Essa percepção, somada à anterior, pode compor uma visão mais indiferente do que negativa do projeto europeu, levando, em última análise, a um julgamento de irrelevância; ainda que interesses, seja no trio anterior, seja em outros membros, como a Espanha, Portugal ou a Itália, persistam com relativo vigor entre nós.

3 Para uma sucinta, informativa e inteligente visão do Tratado, e de como ele evoluiu a partir do projeto (rejeitado) de Constituição, vide Ziller (2008).

Para os observadores antigos do projeto, desde a interessante fase que antecedeu ao Tratado de Roma, esse talvez seja o menor dos problemas assinalados nesse texto. Por um lado, reza a experiência que o processo europeu sempre encontra o seu caminho. A questão de liderança entre os três cargos consolidados pelo Tratado de Lisboa, que será sempre dependente da personalidade de cada um dos indicados, deverá inevitavelmente se acomodar; espaços próprios ficando mais claramente definidos. O mesmo quanto à governança da UE dos 27, e às da eurolândia e da área não-euro, com as suas profundas interações. Creio ser inevitável uma estabilização e um aumento de eficiência em todos esses domínios.

A parte que resta em aberto é se esta UE que, bem ou mal reencontrará uma trajetória e sistema de liderança mais nítidos, será o protagonista do continente ou um (importante) coadjuvante das singularidades nacionais, que voltaram a emergir. Mas aí já saímos da percepção para a especulação, situando-nos fora do presente objetivo.

QUE ENTRE O CIDADÃO!

Temo que essa percepção seja mais de uma elite do nosso país, preocupada, estudiosa ou conhecedora da empreitada europeia. Da mesma forma que, no seio da própria União, é ainda impressionante o desconhecimento da maioria da população sobre características e direitos básicos da UE, acredito que o ponto a seguir seja menos generalizadamente compartilhado do que os precedentes.

Trata-se de questão cuja discussão entre os estudiosos da integração (dentro e fora do espaço europeu), embora presente desde a época da *Eurosklerose*⁴, tomou forma mais definida a partir do debate gerado pelo Tratado de Maastricht. Foi chamada de “deficit democrático” do projeto europeu, de excesso técnico e de mando executivo da CE, de integração ditada pelos tec-

4 O termo “eurosklerose” é aparentemente devido a Herbert Giersch, economista alemão que, com suas visões, particularmente sobre a economia e o comércio internacionais, muito influenciou diversos governos. Refere-se à estagnação do espaço europeu, aproximadamente entre meados dos setenta até meados dos oitenta. Giersch dirigiu por vinte anos (1969-1989) - e é responsável em grande parte pela fama do mesmo - o Instituto de Economia Mundial de Kiel e, para o pesar de todos os que conheceram sua inteligência e energia, veio a falecer em 2010.

nocratas de Bruxelas e os juizes no Luxemburgo - ou só e somente pelo motor econômico, mais alguns modestos adereços socio-ambientais -, e, enfim, de muitos outros nomes, visando denunciar uma grande ausência na condução e possibilidade mesmo de interferência no processo: a do homem, do cidadão europeu, em sua singeleza e singularidade como objeto final da União.

Ao se analisar uma regulamentação como a do REACH, é mais do que justo perguntar se o cidadão europeu – ainda que as receitas com a super-estrutura criada pela medida superem os custos inerentes à sua existência, fato não devidamente analisado – está consciente do considerável adicional que pagará sobre diversos produtos, importados ou usando substâncias importadas, cujo preço final será mais elevado devido aos encargos que os exportadores passaram a incorrer? Em que momento nessa, como em tantas outras regulamentações igualmente profundas e abrangentes, foi promovido um debate aberto e sério – no sentido de ao menos apresentar de forma clara e abrangente uma tentativa de avaliar os custos e benefícios de cada iniciativa – no seio da população?

O cidadão grego que desfrutou da comodidade de viajar de seu país até Portugal, sem ter que trocar a moeda, e que agora protesta com veemência contra as medidas de austeridade que lhe são impostas, justamente por pertencer à zona euro, teve algum poder de escolha no momento da adesão à moeda única? Possibilidade de escolha, resalte-se, condizível com o nível de cidadania que a Europa advoga e propaga?

Se romenos e portugueses, graças aos casos da história, aqui ajudados pelos vastos domínios do império romano, falam línguas relativamente próximas, o que permite aos romenos qualificados – agora cidadãos europeus – emigrar a Portugal e, uma vez lá, progressivamente conquistar empregos próximos aos seus saberes; o que mais tem eles em comum, ou querem ter, em um espaço integrado, e em esforços de projeção internacional?

É sem dúvida nada fácil incorporar a dimensão individual, de plena participação popular, em um projeto originado por forças tão diversas e, muitas delas, de natureza exógena. Não cabe aqui teorizar sobre a construção do projeto europeu e o elenco de suas motivações primárias, mas é fato que foi um empreendimento, em boa parte, conduzido de cima para baixo. Há os grandes e preclaros líderes, como Monnet e Adenauer, há o motor econômico e muitos outros fatores, mas a participação do cidadão – em que pese a retórica (sempre ela) dos tratados – teve papel menor. Se Maastricht, com as exceções

inglesa e dinamarquesa, chamou a atenção para o descompasso, o atraso mesmo, que há muito existia, muito ainda resta a fazer.

As rejeições a um projeto de Constituição, novamente, apesar das aparências e alguns louváveis esforços de participação, descido dos céus para as massas – rejeições aparentemente por motivos extremamente comesinhos e, basicamente, falta de informação – mostraram a distância real entre Bruxelas e as ruas.

A percepção desse fato, e a sua aceitação, traz dois desdobramentos.

Um, que elaborei em outro texto, Flôres (2004), é uma lição para o Brasil, o Mercosul e quase todos os projetos de integração. A dificuldade e a importância em incorporar a sociedade civil nos movimentos de integração regional exige redobrada atenção a essa componente, desde os primórdios do processo. A UE aqui deve ser seguida às avessas, atentando-se sempre em como envolver os diferentes segmentos da sociedade na dinâmica que se pretende desencadear. É assunto complexo, que merece outros estudos e que abandono um pouco levemente nesse ponto.

O outro diz respeito à única saída possível, no caso da União: o Parlamento Europeu. E isso, de tão importante, requer uma nova seção.

UMA PERCEPÇÃO A DESPERTAR: O PARLAMENTO EUROPEU

Auto-designado em 1962, e somente consagrado como tal no Ato Único Europeu de 1986, o Parlamento foi, durante muitos anos, quase um objeto decorativo. Um local para acomodar políticos em fim de carreira, ou sem perspectiva de progresso, ao meio desta; quase uma tertúlia, povoada de boas intenções e pelos usuais *fat cats* que, bem cevados às custas do dinheiro dos contribuintes, dormem confortavelmente à sombra, em instituições internacionais ou multilaterais congêneres.

Mas o Parlamento existia e era, em espírito, fundamental. Foi, embora menos do que se desejava ou esperava, ganhando migalhas de relevância, foi lentamente se aprimorando. Ainda está longe do que seria um Parlamento condizente com a estatura da integração europeia, mas é bastante melhor, em todos os sentidos, do que era.

E, mais importante, graças ao Tratado de Lisboa, ganhou finalmente o *status* que lhe era devido, na constelação das instituições europeias. Se muitos de seus membros ainda carecem de maiores conhecimentos sobre a constru-

ção europeia, se muitos continuam a ter uma visão restrita à sua zona eleitoral de origem, isso é inevitável, faz parte do processo.

Meu argumento crucial é que, fora do Parlamento, parece-me inócuo esperar o surgimento de uma voz alternativa às lideranças técnico-burocráticas da integração europeia, uma voz que, bem ou mal, represente o povo dos estados membros, com todas as suas idiosincrasias, defeitos e qualidades, interesses mesquinhos e sábios, como qualquer povo. É ele quem pode ser um interlocutor privilegiado para outras associações de cidadãos, classes e segmentos populares, movimentos não governamentais e até grupos de interesse, fora da União⁵. Sensibilizar o Parlamento Europeu é sensibilizar o eleitor europeu, em que pesem todas as imperfeições contidas nesse tipo de representação.

A percepção desse fato ainda não existe no Brasil. Cabe desenvolvê-la, incorporando inclusive comissões e integrantes do Congresso Nacional. Será o canal de diálogo do futuro, que não só enobrecerá e dará concretude a parte da retórica comunitária, como beneficiará o Brasil – e todos os parceiros da UE – ao abrir um canal de diálogo mais aberto, informal e, cada vez mais, poderoso.

Não é um trabalho de curto prazo; demandará explicações, espírito didático, paciência e profunda compreensão de um jogo político com atores muito heterogêneos. Mas é a percepção que há de ser moldada.

CONCLUSÃO

Protegido pelas “percepções” do título, quiçá tenha abusado de um estilo impressionista. Impressões são todavia a base das percepções, e assim espero que o leitor me perdoe algumas pinceladas menos precisas, que ofereci à sua vista.

Muitas e de várias ordens percepções existem. Podem inclusive dizer respeito a particulares políticas europeias, ou a minúcias das instâncias de integração, ou ainda serem afetas a grupos de estados membros. Decidi me concentrar em grandes sensações. Algumas, como as duas primeiras, correm o risco de tirar o interesse no projeto europeu, prejudicando, no tempo, o nosso

5 Esse ponto é bem mais desenvolvido, no contexto da política comercial comum, em Flôres (2010).

relacionamento. Outra, como a última, é fato crucial que necessita ser percebido pelo maior número possível de grupos de nossa sociedade.

O projeto europeu vive uma dolorosa transição, debate-se com uma herança de regras e avanços, nem todos, principalmente desde a criação do euro, bem planejados ou administrados. Esse estado de coisas longe está de retirar o seu interesse, e tampouco o destruirá. Como disse anteriormente, se uma UE mais forte e assertiva, ou mais coadjuvante emergirá, é outra questão, fora desse texto. O certo é que uma UE melhor, de um jeito ou outro, terminará por vingar.

Para o Brasil, essa Europa lentamente menos interveniente na cena internacional, que disputa atenção, em quase todas as áreas, com uma China e Ásia crescentes, uma América do Sul feliz e finalmente cada vez mais importante, com o eterno parceiro chave que são os Estados Unidos, e diversas outras áreas, nações e associações emergentes, mantém todavia grandes atrativos.

É uma fonte de tecnologia e saber mais acessível, é uma experiência social que por contraste, imitação ou rejeição tem muito a nos ensinar, é um berço de cultura que ainda deve nos iluminar, dado o quinhão ocidental de nossa herança, é um ótimo parceiro econômico e estratégico em empreendimentos selecionados. Ademais, na atual conjuntura, pode também ser uma fonte de cérebros de qualidade, se soubermos aproveitar a cíclica reversão do fluxo de migrações, hoje deles para nós.

É talvez essa percepção fundamental a que realmente urge preservar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Flôres, R. G., Jr. 2004. Lecciones de la Unión Europea para el Mercosur. *Archivos del Presente*, n° 34.

Flôres, R. G., Jr. 2010. The European Parliament after Lisbon: A key actor in the Union trade policy ? mimeo (disponível como *working paper* em www.ihs.ac.at (*Wien: Institut für Höheren Studien*)).

WTO. 1995. *The Results of the Uruguay Round of Multilateral Trade Negotiations – The Legal Texts*. (Reprint of a volume first published in June 1994 by the GATT Secretariat). Geneva: World Trade Organisation.

Ziller, J. 2008. *Les nouveaux Traités Européens: Lisbonne et Après*. Paris: Montchrestien, Lextenso éditions.